

Militares Obrigados a Pagar o Novo Fardamento

A Associação Nacional de Guardas (ANAG-GNR) vem manifestar a sua total indignação e discordância pela decisão de Sua Exa. a Sra. Ministra da Administração Interna, “Dra. Constança Urbano de Sousa”, ao obrigar o pagamento da primeira dotação do novo fardamento distribuído aos militares da Guarda Nacional Republicana.

Pela primeira vez um responsável que tutela o Ministério da Administração Interna, obriga os militares da GNR ao pagamento da primeira remessa do novo fardamento, quando este foi alterado por imposição do MAI e não a pedido dos militares.

Lamentavelmente os militares têm vindo a ser prejudicados, nomeadamente nas promoções, desbloqueamentos dos níveis, tabela remuneratória entre outras.

Atualmente os militares da Guarda Nacional Republicana são os que têm a remuneração mais baixa das demais Forças e Serviços de Segurança, e, como não bastasse a Sra. Ministra ainda pretende nos próximos meses subtrair do vencimento um valor que ronda os 10 euros/mês para fazer face aos custos do fardamento, qual é inteiramente da responsabilidade do Ministério.

A Associação Nacional de Guardas (ANAG-GNR) interroga-se qual a pretensão da Sra. Ministra da Administração Interna, com mais um corte nos vencimentos de militares que auferem um vencimento base mensal de 789,54 €.

A posição da Sra. Ministra não é só inadmissível como manifesta falta de respeito pelos militares da GNR, que diariamente colocam em risco a sua própria vida em prol dos seu concidadãos e vêem-se cada vez mais discriminados na sua remuneração, horas de trabalho e direitos.

Os militares da GNR, são obrigados a adquirir o seu fardamento por via da instituição, independentemente do seu custo, pelo que, não foram informados da suposta dívida ou receberam qualquer recibo com a discriminação do custo unitário do novo fardamento que lhe foi imposto.

Retirar direitos e impor deveres é abusivo, ressalvando que há ainda militares da GNR que não foram contemplados com a nova farda e outros receberam parcialmente, quando deveria ter acontecido a entrega completa até finais de 2016.

Os militares da Guarda trabalham diariamente em defesa de um país e um povo focados no bem-estar e justiça social, não devendo ser confrontados com uma alegada “dívida” no qual não contraíram, mas sim imposta pela tutela.

A Associação Nacional de Guardas (ANAG-GNR), vai solicitar a todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República uma intervenção urgente junto da Sra. Ministra, para que reconsidere a sua posição e assuma o pagamento da primeira dotação do novo fardamento, como é a obrigação da Tutela.

Lisboa, 23 de fevereiro de 2017

A Direção Nacional da ANAG-GNR